



UNIVERSIDADE  
FERNANDO  
PESSOA

# A FRENTE DE LIBERTAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA - UMA PERSPETIVA CRIMINOLÓGICA

[A Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira - A criminological  
perspective]

Projeto de Graduação

[Licenciatura em Criminologia]

Timóteo Agrela Andrade

Orientador:

Professora Doutora Lígia Afonso

julho 2024



**Timóteo Agrela Andrade**

**42811**

**A FRENTE DE LIBERTAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA**

**Uma perspetiva criminológica**

**Porto, 2024**

**Universidade Fernando Pessoa**

---

(Assinatura)

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Criminologia, sob a orientação da Professora Lígia Afonso.

## **Agradecimentos**

À Universidade Fernando Pessoa.

À minha orientadora Professora Doutora Lúcia Afonso.

Aos meus colegas e amigos. Carçaça, Mariana, Fecha, Palhau, Febras.

Aos meus pais. Ao meu irmão. À minha avó. À minha tia Micas. Panamá e Camões.

À Maria.

Dedico ainda este trabalho ao meu querido avô Rogério.

## **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo caracterizar os acontecimentos relacionados com a atuação da Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira na tentativa de impor a sua força, predominantemente na década de 1970. Para esse efeito, realizou-se uma pesquisa junto de diversos arquivos físicos e digitais, antigos documentos e livros. Pretendendo oferecer-se uma visão integrada, contextualizou-se a situação por meio de referência a fenómenos terroristas em território europeu, em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira. Na parte empírica do projeto apresenta-se uma proposta de investigação qualitativa, inserida na linha da *Visual Criminology*, sugerindo a utilização de imagens para documentar uma parte importante da história do terrorismo em Portugal e da Região Autónoma da Madeira e compreender melhor as dinâmicas sociais e políticas que alimentam os movimentos separatistas.

**Palavras-chave:** Terrorismo; FLAMA; Madeira;

## *Abstract*

This work aims to characterize the events related to the actions of the Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira in an attempt to impose its force, predominantly in the 1970s. To this end, research was carried out in various physical and digital archives, old documents and books. In order to provide an integrated view, the situation was contextualized by referring to terrorist phenomena in Europe, mainland Portugal and the Autonomous Region of Madeira. The empirical part of the project presents a proposal for qualitative research along the lines of Visual Criminology, suggesting the use of images to document an important part of the history of terrorism in Portugal and the Autonomous Region of Madeira and to better understand the social and political dynamics that fuel separatist movements.

**Keywords:** Terrorism; FLAMA; Madeira;



# Índice

Introdução.....	1
I. Enquadramento Teórico do Projeto;.....	2
1. Terrorismo - uma aproximação concetual;.....	3
1.1. Evolução do terrorismo e a sistematização em “ondas”;.....	5
1.2. Terrorismo revolucionário; .....	7
1.3. Causas e agentes do terrorismo;.....	10
1.4. Terrorismo internacional;.....	11
1.5. Terrorismo em Portugal;.....	12
2. O processo democrático e as dinâmicas de poder;.....	14
2.1. Tensão insular: Independência ou Autonomia?.....	15
2.2. Separatismo; .....	16
3. A Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira; .....	20
3.1. Formas de atuação e ligações ao exterior;.....	21
3.2. Atentados e ocorrências;.....	23
3.3. Constituição de um Governo clandestino;.....	26
II. Proposta Empírica do Projeto;.....	28
1. Metodologia;.....	29
1.1. Justificação do estudo;.....	30
1.2. Objetivo Geral; .....	30
1.3. Objetivos Específicos;.....	31
1.4. Método; .....	31
1.5. Amostra;.....	31
1.6. Instrumentos a utilizar; .....	32
1.7. Procedimentos; .....	32
2. Resultados esperados;.....	32
3. Conclusão;.....	34
Anexos;.....	35
Referências Bibliográficas;.....	38



## **Introdução**

O presente trabalho aborda o terrorismo, um tema urgente e atual mas com raízes históricas que remontam a um passado distante. O objetivo é compreender todo o plano em volta da Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira (FLAMA). Para isso é necessário aprofundar alguns conceitos em matéria de terrorismo, as suas diferentes definições e a sua evolução ao longo do tempo. Inicialmente, pela sua pertinência, faz-se uma contextualização sobre o terrorismo no panorama internacional e nacional. Depois, analisamos a FLAMA a partir do ponto de vista da Criminologia através da *Visual Criminology*, de forma a perscrutar a sua importância, influência e paralelismo com o cenário político da região. Face ao limitado número de publicações sobre a FLAMA, para realizar o enquadramento teórico foi necessário diversificar as estratégias de pesquisas de fontes bibliográficas e isso envolveu pesquisa presencial realizada na Biblioteca e no Arquivo Regional da Madeira, a par de pesquisas através do Google Académico, B-on e diversos livros sobre terrorismo e outros que abordam os movimentos separatistas da Madeira. As abordagens criminológicas ao tema são praticamente inexistentes, daí esse fator extra motivador em escolher este tema. Atualmente, as informações sobre o mesmo continuam escassas, também por meio do monopólio político que se viveu na região e conseqüentemente a influência sob a comunicação social do mesmo.

De seguida apresenta-se este trabalho que está organizado em duas partes - o Enquadramento Teórico do Projeto e o Enquadramento Empírico do Projeto.

## **I - Enquadramento Teórico**

## **1. Terrorismo - Uma aproximação concetual**

Ao longo da história diversos autores têm procurado definir terrorismo. Para Reich (1998) é “uma estratégia de violência concebida para atingir os resultados desejados, através da promoção do medo no público em geral (Reich, 1998). Por outro lado, Johnson (1979) refere-se ao terrorismo como “a ameaça e o assassinato deliberado e sistemático de inocentes para criar um contexto de medo”.

Do ponto de vista teórico, o terrorismo tem vindo a ser analisado a partir de várias perspetivas desde psicológica, sociológica, política, legal e criminológica.

A perspetiva psicológica define o terrorismo como o uso sistemático de violência a fim de criar um clima de medo no público, com o intuito de atingir objectivos políticos. Centra-se na dimensão psicológica do terrorismo e analisa a forma como o medo é utilizado para manipular e controlar o comportamento (Post, 2007).

Diferentemente da perspetiva sociológica tem concetualizado o terrorismo como um método de combate ou uma estratégia que utiliza a violência ou ameaças de violência à procura de objetivos políticos, religiosos ou ideológicos, onde as metas imediatas não são necessariamente os alvos (Crenshaw, 1981).

Bruce Hoffman (2006) apresenta uma definição de terrorismo que enfatiza a dimensão política. Este defende que o terrorismo é a criação deliberada e exploração do medo através da violência ou da ameaça de violência com objetivo de criar ou potenciar mudanças políticas. Enfatiza que o terrorismo é uma estratégia política que visa influenciar uma audiência além das vítimas imediatas (Hoffman, 2006).

A importância de uma definição clara e consensual de terrorismo acentua-se no contexto jurídico para facilitar a cooperação internacional na luta contra o terrorismo - a forma deliberada de violência contra civis com o objetivo de alcançar objetivos políticos. A definição de Boaz Ganor (2002) enfatiza a intencionalidade e a seletividade dos alvos civis e destas ainda que o uso de violência contra não-combatentes é uma característica essencial que distingue atos terroristas de outros tipos de violência (Ganor, 2002).

A Criminologia, ao debruçar-se sobre o estudo do fenómeno criminal, abrange todas estas áreas e por isso podemos dizer que é uma área interdisciplinar que integra abordagens das ciências sociais, como a sociologia, a psicologia, a ciência política e o

direito, para entender de maneira abrangente e multifacetada os comportamentos criminosos e as respostas sociais a eles (Siegel, 2016; Walklate, 2011).

No seu conjunto, as diferentes definições apontam para o facto de se tratar de uma forma de comportamento violenta que visa obter mudanças no panorama político, social e económico. Schmid e Jongman (1988) desenvolveram uma definição amplamente reconhecida no campo dos estudos sobre terrorismo que combina elementos políticos, psicológicos e sociais, daí podermos dizer que a perspetiva criminológica ter vários pontos de partida.

Outra visão criminológica, embora mais focada na perceção do risco, é a de Ragnar Lofstedt (2005) que sustenta que o valor do medo e da perceção do risco associado ao terrorismo afetam o comportamento público e as políticas do Estado afetado. Essa associação ao medo e ao terror coletivo é usada como instrumento de manipulação dos grupos terroristas.

Um fator praticamente unânime é o facto de ser usado premeditadamente e politicamente motivado por violência e com o intuito de intimidar um governo ou uma determinada população.

Outro critério é a estratégia de violência concebida para atingir os resultados desejados, inculcando medo e insegurança.

A utilização ilegal ou ameaça de uso de força através de uma campanha sustentada ou de incidentes esporádicos são também critérios commumente associados às definições de terrorismo mais conhecidas.

Podemos ainda dizer que há um uso calculado da violência contra alvos civis e que a luta pelo poder está intrinsecamente na origem da violência política. O uso deste poder adjacente à manipulação e iminência de perigo fazem com a população seja conduzida para atingir os fins do terrorismo (Whittaker, 2004).

## **1.1. Evolução do terrorismo e a sistematização em “ondas”**

David Rapoport (2002; 2004), explora a evolução do terrorismo ao longo do tempo e identifica 4 ondas distintas que marcam diferentes períodos históricos motivados por contextos ideológicos específicos e dinâmicas sociais de cada época. De seguida identificamos cada uma dessas ondas e apresentamos uma descrição sumaria das suas principais características:

- 1) A Primeira Onda (1879 - 1920), refere-se à "Era de Ouro do Assassinato", com o seu auge na década de 1890, caracterizada por assassinatos de líderes monárquicos e individualidades políticas, é também conhecida como “onda anarquista”.
- 2) A Segunda Onda (1919 - 1960) foi marcada pelo início do processo de descolonização é marcada por grupos que atuam movidos por finalidades políticas e pelo uso tático de técnicas de guerrilha.
- 3) A Terceira Onda (1960 - 1990) é também conhecida como “nova esquerda”, destaca-se pelos nacionalismos separatistas e pelo exacerbamento de visões marcadas pelo etnocentrismo. Incluem-se aqui, por exemplo, a ETA em Espanha e o IRA na Irlanda.
- 4) A Quarta Onda (a partir da década de 1979 - 2020) refere-se ao terrorismo de inspiração religiosa em que assumem destaque a “Al Qaeda” e o Estado Islâmico (Rapoport, 2002).

Os meios e métodos táticos do terrorismo moderno seguiram, até recentemente, os utilizados entre Estados em conflitos armados. Há cerca de um século, os códigos terroristas sobre alvos assemelhavam-se aos códigos militares, fazendo uma distinção entre soldados e civis. O assassinato de Franz Ferdinand em 1914 é um exemplo dessa distinção.

No entanto, a industrialização do armamento tornou os ataques mais indiscriminados e mortais, especialmente durante as duas grandes guerras. Esses métodos influenciaram os terroristas revolucionários do pós-guerra, que adotaram táticas de guerrilha urbana e outras formas de combate desmedido e assimétrico (Walzer, 1977).

David Rapoport (2004) descreve a evolução do terrorismo através da designação por "ondas", como a "onda anarquista" do final do século XIX e a "onda anticolonial", pós-Primeira Guerra Mundial. As táticas usadas em cada onda refletem as dos conflitos armados entre Estados, uma vez que muitos soldados desmobilizados retornavam com treino tático. A teoria das ondas também sugere que os grupos terroristas ascendem ou entram em desuso de acordo com sua capacidade de inspirar resistência violenta e consoante a corrente política em voga do ponto de vista cronológico.

Adotando uma categorização distinta, Parker e Sitter (2016) argumentam que o terrorismo não ocorre em ondas, mas é motivado por quatro tipos de objetivos: socialismo, nacionalismo, extremismo religioso e exclusivismo. Estes motivos podem atuar paralelamente e sobrepor-se, motivando diferentes movimentos conforme suas necessidades.

Como podemos constatar a partir do exposto, têm sido propostas diferentes grelhas de leitura sobre a evolução do terrorismo numa perspectiva histórica. A categorização das ondas é uma forma mais simples de entender as tendências históricas no terrorismo, sem representar divisões rígidas no tempo. As datas são aproximadas e as tendências podem sobrepor-se e continuar ao longo das décadas, refletindo a complexidade e a dinâmica multifacetada do terrorismo. No entanto, para entender o terrorismo em profundidade, não basta analisar as respostas jurídicas e políticas contemporâneas. É necessário explorar a história e a evolução deste fenómeno. A análise histórica revela padrões e permite identificar fatores que contribuem para o surgimento e a perpetuação do terrorismo (Laqueur, 2001). De seguida iremos tratar o terrorismo revolucionário procurando dar conta das suas especificidades no contexto das práticas terroristas.

## 1.2. O Terrorismo revolucionário

O terrorismo revolucionário é identificado como uma categoria particular de terrorismo pela especificidade dos objetivos que lhe estão associados, que se considera justificar a sua autonomização numa categoria própria. O principal propósito é provocar uma mudança completa num Estado. Procura uma mudança política sem colapsar um sistema político embora, paradoxalmente seja uma ação antidemocrática.

Neste caso há mais planeamento, atividades clandestinas e estratégias sub-revolucionárias delineadas ao pormenor em termos de objetivos, meios e alvos.

Os objectivos podem ser políticos, sociais, ideológicos ou religiosos. É geralmente praticado por grupos subnacionais e, ocasionalmente, por indivíduos solitários dedicados (Wainberg, 2004).

No caso do terrorismo revolucionário a promoção de ideais é extremamente importante, no sentido de propagar ao máximo a mensagem seja nas zonas de ação, um país, uma localidade ou um segmento específico da sociedade.

Obviamente, com a globalização e a evolução dos *media* podemos até falar num processo de transnacionalização dos grupos terroristas. As fronteiras digitais permitem que as físicas percam o seu valor na delimitação de territórios físicos.

Mais uma vez existem divergências sobre estes critérios - as definições institucionais sublinham a ilegalidade da coerção. Os níveis de violência no ativismo político têm aumentado consideravelmente e com a ameaça terrorista que aumenta a vulnerabilidade pública, muitos académicos, psicólogos, sociólogos, criminólogos e jornalistas têm revelado alguma preocupação pelas principais causas do ativismo político (Whittaker, 2004).

O ativismo político abrange vasta diversidade de estratégias, desde protestos pacíficos até ações extremamente violentas. Um exemplo notável de violência no ativismo político é o movimento dos "coletes amarelos" em França, que começou em 2018 como uma manifestação pacífica contra políticas económicas do governo de Emmanuel Macron. No entanto, da "abordagem pacífica" rapidamente resultaram confrontos

violentos entre manifestantes e forças de segurança, o que resultou na destruição em massa de propriedade pública e privada (Expresso, 2024).

Outro exemplo é o movimento *Black Lives Matter*, nos Estados Unidos da América, que teve o seu início em 2020 como um protesto pacífico contra a brutalidade das forças de segurança e o racismo sistémico, embora tenha evoluído de uma forma astronómica numa série de protestos violentos, furtos, roubos e confrontos com a polícia em várias cidades do país Baker, S. (2020). A desobediência civil não violenta também pode escalar para níveis mais altos de violência, como observado durante os protestos em Hong Kong. Com início em 2019 as manifestações pacíficas contra um projeto de lei de extradição evoluiu para confrontos intensos com as forças de segurança, e que envolveu ainda a utilização de bombas incendiárias, vandalismo e ocupação de edifícios públicos (BBC News, 2019).

Atividades de guerrilha urbana são exemplificadas pelo Exército Republicano Irlandês (IRA) durante o final do século XX. O IRA utilizou táticas de guerrilha urbana, incluindo bombardeamentos, homicídios e sabotagens, numa campanha violenta contra a presença britânica na Irlanda do Norte (Moloney, 2007).

Em casos extremos, o ativismo político pode transformar-se em terrorismo. O exemplo contemporâneo mais relevante é o Estado Islâmico, que realizou uma série de ataques terroristas internacionais, utilizando métodos extremamente violentos e causando um elevado número de vítimas civis.

A perceção da violência no ativismo político varia conforme o contexto cultural e político, sublinhando a importância de uma análise cuidadosa e contextualizada das causas e consequências deste fenómeno - ilustram a diversidade de estratégias no ativismo político e a complexidade das questões envolvidas (Stern & Berger, 2015).

O terrorismo com finalidades políticas pode assumir diversas formas e para além da corrente sócio-política, o fator temporal também é extremamente importante. Temos o exemplo do terrorismo de Estado que consiste na repressão à oposição do próprio governo. O terrorismo nacionalista, na luta pela independência. O terrorismo ideológico para promover causas extremistas. O terrorismo religioso, extremamente violento onde é justificado pela crença, por estes grupos.. O eco-terrorismo é cometido por ativistas

radicais para proteger o ambiente e o terrorismo cibernético envolve ataques digitais para desestabilizar governos e instituições. Compreender essas variações é crucial para abordar o terrorismo revolucionário de forma eficaz e desenvolver estratégias para combater estas causas e prevenir ataques de mal maior.

A denominação quanto aos atos e quanto aos intervenientes, deve ter um peso significativo, especialmente quando é difícil fazer uma distinção entre terroristas e guerrilheiros ou “combatentes da liberdade”. Nos três casos, há contrastes no uso da violência:

- Um terrorista ataca civis;
- Um guerrilheiro ataca militares e instalações;
- Um combatente da liberdade leva a cabo uma campanha para libertar o seu povo da opressão ditatorial, do desarmamento pesado ou das garras de uma potência ocupante.

Os Tigres Tamil, que lutam pela independência do Sri Lanka, são considerados terroristas e não forças de libertação, porque o espectro de ações envolve a destruição de aldeias e homicídios a políticos.

De modo similar, os rebeldes da Região da Chechénia, no sudoeste do território russo, lutam pela autonomia nacional, são perseguidos como terroristas quando usam a violência contra Moscovo e as forças militares russas; quando sabotam as bases militares russas na Chechénia são elogiados pelos seus camaradas como patriotas corajosos. Há uma enorme diferença em termos de perceção da realidade.

### **1.3. Causas e agentes do terrorismo**

O terrorismo é um fenómeno complexo que exige uma análise aprofundada e multifacetada - envolve várias dimensões, incluindo o desenvolvimento do processo, as causas subjacentes e os seus efeitos político-sociais.

No plano jurídico, diversas medidas foram implementadas a nível internacional para combater o terrorismo. Estas medidas incluem convenções internacionais, resoluções das Nações Unidas e acordos bilaterais entre países para melhorar a cooperação e a troca de informações. A legislação anti-terrorista tem-se adaptado constantemente às novas ameaças, com o objetivo de prevenir ataques e punir os responsáveis. A Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo e as resoluções do Conselho de Segurança da ONU que obrigam os Estados membros a adotarem medidas contra o terrorismo são dois exemplos de mecanismos desses (Hoffman, 2006).

As causas do terrorismo são diversas e complexas. Martha Crenshaw (1981) identifica fatores como a desilusão política, a marginalização social e a resposta a regimes repressivos. Segundo Crenshaw, o terrorismo pode ser visto como uma reação a condições socioeconómicas e políticas adversas, onde os grupos recorrem à violência como último recurso para alcançar os seus objetivos. Esta análise é complementada por David Rapoport (2004), que identifica as diferentes ondas de terrorismo ao longo da história, cada uma com características distintas e impulsionada por diferentes ideologias e contextos históricos, tal como referido no ponto anterior.

Os agentes do terrorismo variam amplamente, incluindo indivíduos isolados, grupos organizados e até mesmo estados. Bruce Hoffman (2006) sugere que o terrorismo é uma forma de violência politicamente motivada, destinada a causar medo e enviar uma mensagem além das vítimas imediatas. Este ponto de vista enfatiza a natureza estratégica do terrorismo, onde a escolha dos alvos e dos métodos é cuidadosamente planeada para maximizar o impacto psicológico e mediático.

Os efeitos político-sociais do terrorismo são profundos e abrangem uma vasta gama de impactos, desde a erosão das liberdades civis até à alteração das políticas governamentais e a polarização das sociedades. A resposta através das políticas de um Estado ao terrorismo pode muitas vezes levar a um ciclo de violência e repressão, agravando ainda mais as tensões sociais. Alex P. Schmid e Albert J. Jongman (1988) destacam a complexidade de definir e combater o terrorismo, sublinhando que as respostas ao terrorismo devem ser cuidadosamente equilibradas para evitar a escalada da violência e a violação dos direitos humanos.

#### **1.4. O Terrorismo internacional**

O dia 21 de setembro de 2001 define uma mudança em toda a história da sociedade moderna e também no terrorismo. Foi um marco que redefiniu a forma com a humanidade aborda e lida com este fenómeno. Antes de 2001 o terrorismo era frequentemente visto como um problema localizado, associado a conflitos regionais específicos ou a causas políticas internas de certos países. No entanto, os ataques de 11 de setembro demonstraram a capacidade dos grupos terroristas de operar em escala global, utilizando redes transnacionais e a tecnologia moderna para coordenar ataques devastadores. A magnitude dos ataques provocou uma onda de choque global, levando a uma reavaliação das ameaças terroristas e à implementação de medidas de segurança mais rigorosas. A resposta internacional aos atentados foi imediata e multifacetada. Muitos países reforçaram as suas políticas de segurança interna, implementando legislação mais severa e aprimorando a cooperação internacional em matéria de inteligência e combate ao terrorismo. (Chomsky, 2003).

Por um lado, as tecnologias de vigilância e monitorização tornaram-se ferramentas essenciais na deteção e prevenção de ataques terroristas. Por outro lado, os terroristas têm explorado a internet e as redes sociais para recrutar membros, disseminar propaganda e coordenar atividades ilícitas, criando novos desafios para as autoridades .

O terrorismo internacional continua a ser uma ameaça persistente e evolutiva. A luta contra o terrorismo exige não apenas respostas militares e de segurança, mas também

abordagens que tratem das causas subjacentes, como a pobreza, a injustiça social e a radicalização. A cooperação internacional e o respeito pelos direitos humanos são fundamentais para construir um mundo mais seguro e justo. Esta reflexão sobre o terrorismo internacional destaca a complexidade e a gravidade da questão, sublinhando a importância de abordagens integradas e humanas para enfrentar um fenómeno que continua a desafiar a paz e a segurança globais (Hoffman, 2006).

## **1.5. O Terrorismo em Portugal**

Em Portugal, no que diz respeito ao terrorismo, há uma presença mediática relativamente baixa quando comparado com outros países europeus. No entanto, não devemos subestimar a sua existência, gravidade e proximidade. A natureza mutável e imprevisível do terrorismo obriga-nos a estar em constante avaliação, adaptação e atualização (Franco & Moleiro, 2015).

As regiões autónomas, devido à sua localização geográfica, podem ser vistas como pontos estratégicos importantes como uma vulnerabilidade em termos de segurança.

O que pode parecer uma localização periférica, na verdade, coloca Portugal numa posição central em relação ao Atlântico Norte, Atlântico Sul, Mediterrâneo e continente africano (Matos, 2016).

O terrorismo em Portugal tem uma história marcada por diferentes períodos e motivações. Durante os anos 70 e 80, o país enfrentou ameaças de grupos extremistas de esquerda, como as Brigadas Revolucionárias e o FP-25 de Abril, que realizaram vários atentados e ações violentas.

Com o final da Guerra Fria e a democratização do país, as ameaças internas diminuíram significativamente. No entanto, o cenário global do terrorismo evoluiu, especialmente após os ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

Apesar de não ter sido alvo de ataques islâmicos, Portugal tem participado ativamente em operações internacionais de combate ao terrorismo e tem reforçado a sua segurança interna. As autoridades portuguesas mantêm uma vigilância constante e trabalham em colaboração com parceiros internacionais para prevenir possíveis ameaças, embora

saibamos que uma parte muito residual do Orçamento de Estado seja destinada para a Defesa e Segurança (OE, 2024).

A posição geográfica de Portugal pode ser tanto uma vantagem como uma vulnerabilidade em termos de segurança. A ausência de ataques até agora não deve ser motivo para complacência, mas sim um incentivo para continuar a monitorar e prevenir possíveis ameaças terroristas.

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna, a criminalidade violenta e grave aumentou em 2023 cerca de 5,6% face ao ano anterior. Os crimes de extorsão, rapto e sequestro também registaram um crescimento expressivo. A criminalidade geral subiu 8,2% face a 2022, e registaram-se mais trinta mil queixas. O relatório alerta especificamente para o aumento da violência associada a grupos jovens motivada por rivalidades entre grupos de diferentes zonas ou bairros, predominantemente, na área metropolitana de Lisboa, o que se reflete no aumento expressivo dos números da criminalidade grupal, que atingiram o valor mais alto dos últimos 10 anos - cresceu de 2022 para 2023, 14,6%. Há mais conflitos e são cada vez mais violentos. A delinquência juvenil também subiu quase 9%.

Gouveia (2023), presidente da OSCOT (Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo), refere que este aumento já é uma tendência e por isso confirma-se de uma “forma dramática” que são grupos extremistas que são constituídos por jovens e utilizam músicas de origens radicais e extremistas como forma de contestação e sobretudo de incentivo à prática de crimes sobre os adolescentes com a mesma idade. Os crimes relacionados com o tráfico de pessoas e o auxílio à imigração ilegal apresentaram valores exponenciais. Através destes dados do RASI temos conhecimento e dados que confirmam uma preocupação sobre a insegurança no país, que neste momento existe. Portugal já foi o terceiro país mais seguro do mundo hoje em dia ocupa a sexta posição (Relatório Anual de Segurança Interna, 2023).

## **2. O processo democrático e as dinâmicas de poder**

O 25 de Abril de 1974 marcou um ponto de viragem na história contemporânea portuguesa. Após quase cinco décadas de ditadura, o golpe militar organizado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) derrubou o regime do Estado Novo, liderado inicialmente por António de Oliveira Salazar e posteriormente por Marcelo Caetano. Este evento significou o fim da censura, da repressão política e da guerra colonial, abrindo caminho para a democratização do país e culminando na Constituição de 1976. No continente, a perceção social da tensão durante o Estado Novo era marcada por uma combinação de repressão e resignação. A censura e a propaganda do regime criavam uma imagem de estabilidade e progresso, mas a realidade era de medo e conformismo. As elites conservadoras e a Igreja Católica apoiavam o regime, enquanto os movimentos de oposição eram sistematicamente perseguidos (Rosas, 2022).

Na Madeira, a situação era semelhante, mas agravada pela sensação de abandono e exploração pelo governo central. A insatisfação com a falta de desenvolvimento económico e social era profunda, e a repressão política impedia qualquer forma de organização ou expressão de descontentamento (Carita, 2021).

Nesta altura, a Madeira vivia sob a sombra do regime autoritário do Estado Novo. A administração local era dominada por figuras leais ao governo central, e a ilha era sujeita a uma forte vigilância da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). A liberdade de expressão era severamente limitada, e qualquer oposição ao regime era rapidamente reprimida. Socialmente, a Madeira enfrentava graves problemas de pobreza e emigração. A economia insular era extremamente dependente da agricultura - para consumo e para exportação nomeadamente, de cana de açúcar, banana e vinho madeira - do turismo e de remessas enviadas por emigrantes. A falta de oportunidades locais levava muitos madeirenses a procurar uma vida melhor no exterior, especialmente na Venezuela e na África do Sul. Após o 25 de Abril, a transição para a democracia também trouxe consigo um período de grande incerteza e instabilidade. A criação do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira em 1976 foi um passo significativo, assim, permitiu uma maior autonomia legislativa e administrativa à

ilha. Esta conquista foi uma resposta às aspirações autonomistas que já estavam presentes na sociedade madeirense e que ganharam força com a queda do regime (Calisto, 1995).

No continente, o Verão Quente de 1975 foi caracterizado por confrontos entre forças políticas de extrema-esquerda e extrema-direita, greves e ocupações de fábricas e terras. O país estava num ponto de ebulição, com o risco de uma guerra civil sempre presente. A transição para a democracia foi marcada por conflitos ideológicos e sociais profundos, refletindo as divisões na sociedade portuguesa.

Na Madeira a luta pela autonomia ganhou força, refletindo uma insatisfação com a administração central e a esperança de que a autonomia pudesse trazer melhores condições económicas e sociais para a ilha - a emergência de movimentos independentistas destacaram as especificidades regionais (Carita, 2021).

## **2.1. Tensão insular : Independência ou autonomia?**

“Autonomia é subversão. Esta Autonomia da Madeira. Para uns, revolução tranquila. Para outros, revolução-revolução. O processo autonómico madeirense nasceu subversivo. O 25 de Abril trouxe aos dois arquipélagos portugueses a autonomia política, a autonomia administrativa e a autonomia financeira.” (Calisto, 1995)

A descentralização administrativa permitiu que a Madeira e os Açores desenvolvessem políticas de segurança ajustadas às suas necessidades. Esta autonomia facilitou a implementação de estratégias de policiamento comunitário e de prevenção da criminalidade que são mais eficazes devido ao conhecimento profundo das realidades locais. Esta abordagem é relevante na criminologia, pois sublinha a importância de considerar as particularidades regionais na formulação de políticas de segurança. A capacidade de adaptação e de resposta rápida às ameaças locais, incluindo o terrorismo e outros crimes, é potenciada pela proximidade e pela flexibilidade administrativa que a autonomia proporciona.

Desde a aproximação das frentes centristas pela preocupação com a erosão das ligações ao continente através da hiperbolização do sentido de autonomia aos movimentos

independentistas e separatistas que chegaram ao ponto de comparar as regiões autónomas com as colónias como Angola e Guiné de forma a proclamar tal “descolonização”. E tal como acontece com a distinção ou denominação com os terroristas, os guerrilheiros e os combatentes da liberdade, aqui, consoante a posição no espectro político as acusações mudavam independentemente dos atos e dos alvos. Para além disso, a acusação de adjacência às forças independentistas era uma estratégia utilizada pela ala esquerda para colocar a frente centrista, o PPD (Partido Popular Democrático) mais tarde PSD (Partido Social Democrata), liderado por Alberto João Jardim - Um dos fundadores do partido na região que desempenhou um papel significativo na política madeirense durante décadas, sempre desmentiu essa contiguidade com a FLAMA.

### **Frente de Libertação dos Açores (FLA)**

A Frente de Libertação dos Açores (FLA) foi criada em 1975 com o objetivo de alcançar a independência dos Açores. A FLA argumentava que os Açores eram explorados economicamente pelo continente e que a independência era a única forma de assegurar o desenvolvimento e bem-estar da população açoriana. Tal como os movimentos autonomistas na Madeira, a FLA não conseguiu obter um apoio significativo, mas teve um papel importante na promoção da autonomia regional (Ferreira, 1993).

## **2.2. Separatismo**

O excerto que se segue foi consultado em Calisto (1995). Considerei pertinente ilustrar através da conversa entre Gregório Figueira, um auto-proclamado separatista e Carlos Azeredo, figura proeminente na Madeira - como militar, desempenhou um papel crucial na manutenção da ordem pública durante os momentos mais tensos da transição democrática - pela forma como consegue explorar algumas tendências e ideais separatistas a nível regional:

- “Pode saber-se qual a finalidade das reuniões que os senhores estão a fazer, altas horas da noite?”, interroga o Brigadeiro. Figueira não se mostra disposto a desenvolver muito o assunto. Mantém-se na base de que tem a suas ideias e que não abdica delas. (...)

E o governador: "O senhor Figueira sabe que o separatismo pode dar uma viagem : Caxias?" - “Esse é um grande favor que o Sr. governador me faz”

- “É que o mando mesmo para lá!” "Sabe, eu já trabalho há 92 anos..."

- “Está a gozar comigo?!”

- “Não senhor! É que toda a gente trabalha oito horas por dia. Eu sempre trabalhei 18 e 19 e 20 horas. Fazendo as contas bem feitas destes anos todos, admite-se que eu estou a precisar de descansar. Se me quer mandar para Caxias, mande-me, não me faz qualquer diferença.” (Calisto, 1995).

O major Oliveira tenta apaziguar: "Sr. Figueira, por que não diz ao nosso Brigadeiro que o que quer é a Autonomia e não a independência?"

"Mas por que o hei-de dizer isso se não é o que eu sinto? Eu sinto-me independentista e acho que a Madeira tem o direito de ser livre. Se com uma democracia implantada em Portugal não nos podemos expressar, então bendita ditadura salazarista! Não tem nada contra os continentais nem ingleses nem americanos nem russos nem dinamarqueses, até tem amigos em todas as partes do mundo. E se a Madeira se tornar independente, com certeza vai continuar a comércio do funchal ter muitos amigos no Continente. Não quero é viver algum dia num regime comunista, como Lisboa quer. Nunca, nunca, prefiro a morte”

- “Não é com separatismos que se luta pela democracia!”, grita Azeredo - “Há uma autoridade legítima para o fazer! Os senhores têm é de apoiar essa autoridade! (Calisto, 1995).

Como podemos constatar através desta conversa entre duas entidades de lados opostos do panorama político da região, as tendências separatistas eram corporificadas por vários movimentos e organizações. Apresenta-se, de seguida, alguns movimentos e associações com objetivos separatistas ou ligados a organizações clandestinas com objetivos autonomistas - Representam a diversidade de movimentos e organizações que

## A Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira - Uma Perspetiva Criminológica

surgiram na Madeira durante o período revolucionário e pós-revolucionário, refletindo a complexa luta pela autonomia e, em alguns casos, pela independência total da ilha:

Movimento/Associação	Descrição sumária
MAIA (Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas)	Anterior ao 25 de abril. Em 1973, já Carlos Lélis, José António Camacho e Crisóstomo Aguiar se reuniam para debates clandestinos, grande parte das vezes em casa de José Maria Silva - conversas secretas sobre autonomia.
PREC (Processo Revolucionário em Curso)	Ocorreu após o 25 de abril e foi um período de grande agitação política e social. A ilha, enfrentava desafios de subdesenvolvimento económico e desigualdades sociais, e viu crescer um forte movimento autonomista. Este movimento culminou na criação da Região Autónoma da Madeira em 1976, e proporcionou à ilha um maior controlo sobre os seus assuntos internos de forma a impulsionar o desenvolvimento local
MLAM (Movimento de Libertação do Arquipélago da Madeira)	Antecedeu a FLAMA, ainda de pequena dimensão e sem organização interna hierárquica. Contava com o seu mecanismo militar chamado, ELAM (Exercito de Libertação do Arquipélago da Madeira).
UPM - União do Povo Madeirense	Movimento político que surgiu no contexto da luta pela autonomia da Madeira, promovendo os interesses regionais e culturais dos madeirenses.

CIP - Comissão de Independência da Madeira	Grupo que defendia a independência da Madeira em relação ao governo central de Portugal, ativo durante o período pós-revolucionário.
UNIARMA - União Arquipélago da Madeira	Organização que visava unir os esforços de diferentes grupos e movimentos em prol da autonomia ou independência da Madeira.
BRIMA - Brigadas Revolucionárias de Independência da Madeira	Outro grupo que promoveu a independência da Madeira, utilizando métodos revolucionários e, ocasionalmente, violentos.
MIM - Movimento Independentista Madeirense	Movimento que tinha como objetivo a independência da Madeira, destacando-se durante o período conturbado do PREC.
MPLAM - Movimento Popular de Libertação do Arquipélago da Madeira	Organização que defendeu a libertação da Madeira do controle do governo central, alinhada com ideais de independência e autonomia.
RUMA - Resistência Unida da Madeira Autónomica	Grupo que trabalhou para resistir à centralização do poder em Lisboa e promover a autonomia da Madeira.
CAIMA - Comité de Ação Independente da Madeira Autónoma	Organização que apoiava a autonomia da Madeira, atuando de forma independente para alcançar mudanças políticas e sociais.

Fonte: elaboração própria a partir de Calisto (1995) e Jornal de Notícias (2003).

A Junta de Planeamento da Madeira foi criada para dar resposta aos problemas da região, nomeadamente para controlar as manifestações dado o descontrolo total das forças independentistas que depois se alastrava aos civis. Fez um grande trabalho na luta pela democracia e pacificação do que se vivia na altura (Calisto, 1995).

### **3. A Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira**

No contexto do sentimento de descontentamento geral do povo madeirense em relação à situação que se vivia no continente surge a FLAMA, como afirmação dessa insatisfação, “repudiava as ideias marxistas-leninistas” (Jardim, 2017) que pairavam no país. “Era uma defesa ativa da Democracia e simultaneamente uma dissuasão da ameaça comunista que pairava sobre Portugal” (Jardim, 2017).

A UPM e toda a ala esquerda, tanto da região como do continente considerava a FLAMA “uma organização terrorista”; “reacionários que querem a independência”. Na maioria dos comunicados, as referências à FLAMA surgem associadas a “bombistas”, “terroristas” e ao PPD/PSD (Calisto, 1995 e Carita, 2020).

Do ponto de vista orgânico, a FLAMA nem sempre foi muito estruturada. Nunca quis eleger um líder, pelo menos aos olhos do público, e essa indefinição pode ter custado a consolidação política da FLAMA que enfrentou desafios internos e divergências devido às diferentes sensibilidades e estratégias dentro do movimento (Arquivo RTP, 2017). Relatos mais tardios permitem nos falar em três alas distintas, que se consolidaram ao longo do tempo, mas nunca numa sintonia oleada. Havia uma forte pressão para que esta estrutura não fosse conhecida de molde a preservar a segurança e garantir o anonimato dos intervenientes no meio mais nuclear. De um lado havia a ala política não violenta - constituída para coordenar os núcleos dispersos de independentistas - alguns elementos faziam parte da APAM (rosto legal da FLAMA).

Depois existia a FLAMA rural. Representava os vários núcleos espalhados pela região e tinha ténues ligações ao Funchal (Calisto, 1995).

E por fim, a ala operacional. Esta era a que “tentava a independência à força”. Das três, era considerada a mais autónoma e muitas vezes revelava-se muito crítica em relação às outras alas - havia um sentimento de rebeldia. A ala política tentava moderar-se e

democratizar-se enquanto a ala operacional continuava a agir pela independência como forma de expressar esse desejo, e já mais tarde, ao ponto de Alberto João Jardim até referir que alguns ataques “flamistas” deixaram de fazer sentido. Já não atacavam só os militantes de esquerda como passaram a atacar “gente de direita” - mais um ato de objeção aos independentistas. Aliás, Alberto João Jardim chega mesmo a colocar a hipótese da existência de infiltrados ou indivíduos que se faziam passar pela FLAMA (Jardim, 2017).

Tinham cuidados redobrados e mudariam constantemente os sítios onde reuniam. Preferiam lugares movimentados e estabelecimentos pouco previsíveis pela localização, como por exemplo, cafés e casas situadas a “20 metros da Polícia” (Calisto, 1995). Eram sobretudo indivíduos entre os 25 e os 50 anos. Possuíam profissões respeitadas como bancários, empresários, comerciantes, trabalhadores liberais. Dentro dos quadros existia das mais variadas ideologias, desde a democracia-cristã, social-democracia e socialismo, mas grande parte não teria simpatia partidária e só uma coisa os unia e essencialmente foi isso que os fez juntar ou apoiar a FLAMA - o ideal independentista. Mais tarde, esta politização adveio do sentimento de necessidade de unir os núcleos de resistência. A clandestinidade nunca daria aquilo que os reais autonomistas e independentistas queriam. Mesmo com todo o poder militar que a FLAMA tinha. Posto isto a FLAMA reuniu as condições para isso - uma bandeira, um hino, uma moeda, um documento com princípios programáticos, uma “organização difusora de propaganda” e uma estrutura hierarquizada, embora existissem ainda alguns “hiatos” que continuavam com a luta “bélica” dificilmente controlada pela organização (Calisto, 1995).

### **3.1. Formas de atuação e ligações ao exterior.**

A FLAMA era conhecida por ter extremas capacidades de atuação sigilosa e sofisticada. Eram sobretudo jovens na faixa etária dos 30 anos, com uma causa: libertar a região do comunismo que se alastrava pelo país. Realizaram treino militar graças à Guerra Colonial (Carita, 2020).

Chegaram a colocar bombas em aviões, em cooperativas e em carros de militantes da esquerda. “É preocupante o avanço técnico dos bombistas, que começaram a usar o

sistema de relógio no caso do Pombal. Vai ser necessário redobrar a vigilância” - Paulo Martins da UPM (Arquivo RTP, 2017).

Praticavam ameaças e ultimatos a funcionários e gerentes da Comissão de Saneamento do Banco. Sobretudo durante a noite reuniam-se para pintar as paredes com mensagens separatistas incluindo ameaças e cores partidárias - Reuniões secretas, conversas codificadas.

Organizavam manifestações espontâneas sob o lema da legitimidade da independência, visto que o país vivia uma situação precária e caótica sob uma ameaça comunista.

No Jornal de Notícias da Madeira do dia 8 de maio de 2003, um antigo “flamista” não identificado referiu que se inspiravam em Che Guevara e Mao Tse Tung. Disse ainda que a organização planeava com o maior rigor todos os passos que tinham de ser dados. As reuniões aconteciam em São Vicente, Ponta Delgada e Santo da Serra a horas tardias para afinar a estratégia. Consideravam-se extremamente sofisticados e calculistas. “Éramos profissionais naquilo que fazíamos” - fez referência ao NordAtlas, o avião militar que colocaram a bomba estrategicamente por ser um avião das Forças Armadas e ser o símbolo do poder militar. “Nunca foram apanhados. Faziam estes rebentamentos e desapareciam sem deixar rasto” (Jornal da Madeira, 2003).

A FLAMA conseguiu estabelecer algumas ligações internacionais importantes durante a sua atividade nos anos setenta. Estes contactos foram fundamentais para a disseminação da sua causa e para a obtenção de apoio logístico e moral. Obviamente que o panorama político motivava as frentes independentistas pelo país fora. A nuvem comunista que ameaçava a Europa era uma corrente que preocupava todo o mundo pela iminência do poder absoluto da união soviética.

A FLAMA procurou apoio em várias partes do mundo, incluindo Europa, África, Estados Unidos e Venezuela. Estes esforços visavam obter reconhecimento internacional e suporte material para as suas atividades. A diversidade destes contactos revelava uma estratégia abrangente em busca de aliados e simpatizantes que pudessem influenciar a opinião pública e os governos estrangeiros a favor da causa madeirense (Calisto, 1995).

No Jornal de Notícias da Madeira do dia 8 de maio de 2003, o mesmo “flamista” não identificado referiu ainda que recebeu diversas propostas de colaboração de entidades

internacionais. Um dos contactos mais notáveis foi com o regime líbio de Muammar Khadaffy - conhecido por apoiar movimentos de libertação ao redor do mundo, mostrou interesse em colaborar com a FLAMA. No entanto, os líderes da FLAMA, cientes das tendências grandiosas e possivelmente oportunistas de Khadaffy, optaram por manter uma distância cautelosa. Embora este contacto nunca se tenha concretizado totalmente, demonstra o nível de ambição e alcance das tentativas da FLAMA de se posicionar no cenário internacional (Jornal da Madeira, 2003).

Estas propostas vinham frequentemente com condições ou expectativas que nem sempre alinhavam com os objetivos puramente autonomistas da FLAMA. A organização teve que navegar cuidadosamente entre aceitar apoio e manter a sua independência ideológica e operacional. Este dilema é ilustrado pela relutância em aceitar a ajuda de Khadaffy, reconhecendo os possíveis riscos de tal aliança. Este interesse do líder líbio surgiu pela capacidade dos ataques e atentados levados a cabo por elementos da FLAMA. A sua mestria e genialidade não passou despercebida aos olhos do mundo (Jornal da Madeira, 2003).

A comunidade imigrante madeirense desempenhou um papel significativo no suporte à FLAMA. Espalhada por várias partes do mundo, esta diáspora mantinha fortes laços culturais e políticos com a ilha e apoiava a causa da autonomia. Este apoio não só fortalecia a moral dos militantes na Madeira, mas também ajudava a mobilizar recursos e a sensibilizar a opinião pública internacional sobre a causa madeirense. Nesta altura, a região vivia sobretudo da agricultura, do turismo e das remessas de emigrantes.

### **3.2. Atentados e Ocorrências**

A Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira utilizou métodos variados e engenhosos nos seus ataques, demonstrando tanto audácia como uma considerável capacidade técnica. O atentado ao *NordAtlas* (Figura 1 da *Visual Criminology*) e da Emissora Nacional são dois dos incidentes mais reveladores da sua atuação. Ainda merece destaque o atentado às instalações da Polícia Judiciária (PJ) e a explosão de uma viatura da PJ com dois agentes a bordo.

O atentado ao NordAtlas, ocorreu no aeroporto de Santa Catarina, na Madeira, e é

considerado um momento marcante na história dos movimentos independentistas na região. Planeado minuciosamente e executado pela FLAMA, este ataque revelou a capacidade operacional do grupo e a sua determinação em chamar a atenção para a causa independentista. A operação teve início na tarde de 13 de janeiro de 1976, com a mensagem codificada "O pássaro pousou", que indicava que o avião da Força Aérea Portuguesa, modelo NordAtlas, estava estacionado no aeroporto de Santa Catarina. Um grupo de cinco elementos da FLAMA foi designado para a missão, transportando consigo explosivos de alta potência (gelamonite), relógios temporizadores e walkie-talkies para comunicação.

Os operacionais dividiram-se em três viaturas, estrategicamente posicionadas para cobrir todas as possíveis rotas de fuga. Duas viaturas ficaram estacionadas na estrada sobranceira ao aeroporto, enquanto a terceira posicionou-se a sul do aeroporto, próximo ao restaurante "Varanda". Este posicionamento permitia aos "flamistas" observar todos os movimentos no aeroporto e assegurar uma retirada rápida caso necessário.

A aproximação ao alvo foi realizada durante a noite, quando dois operacionais se deslocaram até à pista onde o NordAtlas estava estacionado. O aeroporto não tinha cercas, o que facilitava o acesso dos operacionais. O avião militar estava posicionado entre um avião da TAP e um da Sterling, aumentando o risco de uma catástrofe maior em caso de explosão.

Os dois indivíduos movimentaram-se cuidadosamente até o trem dianteiro de aterragem do NordAtlas. Um deles fixou um saco que continha cerca de 700 gramas de gelamonite e configurou o dispositivo para detonar às 4h10. Esta quantidade de gelamonite era suficiente para inutilizar o avião sem causar uma explosão catastrófica, especialmente considerando que o avião estava abastecido de combustível e próximo dos depósitos da Shell (Jornal da Madeira, 2003).

À hora marcada, a bomba explodiu, e danificou grande parte do avião, sob a cabina do piloto, onde se encontravam os sistemas de comando. A explosão provocou um incêndio controlado rapidamente pelos bombeiros, graças ao derramamento de lubrificante. A força do impacto destruiu os aparelhos de navegação e comando, cumprindo o objetivo dos flamistas de tornar o *NordAtlas* inoperacional.

As autoridades, ao chegarem ao local, relataram a descoberta de um suposto rastilho de dez metros, uma informação que foi posteriormente ridicularizada pelos membros da FLAMA, uma vez que a bomba tinha sido detonada por um relógio temporizador e não por um rastilho.

O atentado teve repercussões imediatas na região, com os meios de comunicação social e os partidos políticos a condenarem profundamente o ato. Houve um prejuízo estimado em mais de 200 mil contos, uma soma considerável na época. O governador Azeredo, em resposta, ordenou o reforço da segurança no aeroporto e expressou publicamente a sua frustração com o ocorrido.

Este atentado destacou a eficácia operacional da FLAMA e serviu como um ponto de viragem na luta pela independência da Madeira, atraindo atenção tanto a nível nacional quanto internacional (Jornal da Madeira, 2003)

A operação no Santo da Serra levou à detenção de dois suspeitos de terrorismo, que foram mantidos nas instalações da PJ. Apesar dos intensos interrogatórios, a polícia não conseguiu obter informações úteis. Uma noite, um dos membros da FLAMA, aproximou-se da entrada principal do edifício da PJ e detonou um petardo com tal força que a pressão de ar projetou-o contra a parede. Este ataque não só causou um grande susto aos prisioneiros, mas também criou um caos nas forças de segurança. Um testemunha recorda um carro a sair rapidamente do local, e reforça a imagem de uma fuga bem planeada e executada .

“O outro atentado ocorreu quando dois agentes da PJ decidiram fazer uma pausa para um café, e deixaram o seu veículo estacionado nas proximidades. Enquanto estavam no estabelecimento, operacionais da FLAMA colocaram cuidadosamente um explosivo na parte da frente do carro. Quando os agentes voltaram e ligaram a ignição, a explosão foi devastadora - um dos agentes foi projetado e ficou preso no pátio de um hotel próximo, enquanto o outro sofreu ferimentos graves. Este incidente mostrou a sofisticação técnica da FLAMA, que conseguiu "minar" a ignição do carro com uma manobra precisa e rápida, utilizando um detonador ativado pela pressão de um pneu sobre uma mola de secar roupa.” (Jornal da Madeira, 2003).

### **3.3. Constituição de um Governo Clandestino**

A constituição de um governo clandestino pela Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira causou um grande impacto em toda a ilha. A publicação clandestina das suas intenções chegou rapidamente às redações do continente, sendo destacada em várias edições. Este movimento coincidiu com a iniciativa separatista dos Açores, onde uma carta foi enviada ao secretário-geral da ONU a solicitar apoio para a independência do arquipélago. O programa do "governo madeirense" clandestino delineava negociações com o Governo Português para definir posições fundamentais, incluindo exigências claras a Lisboa. As principais exigências eram o reconhecimento da FLAMA como o "único e legítimo representante da vontade dos madeirenses" e o reconhecimento "imediato" da independência "de jure" do povo do arquipélago (Calisto, 1995).

Além disso, o programa da FLAMA propunha a reconstrução do país (Madeira) e a destruição de todas as estruturas obsoletas, repudiando qualquer forma de neocolonialismo. Ficava claro também que a FLAMA distinguia entre o governo opressor de Portugal e o povo português, com o qual pretendia manter relações de amizade (Jornal da Madeira, 2003)

A população da Madeira questionava as origens e a força desta iniciativa flamista. "Quem serão estas caras escondidas?" era a pergunta que pairava no ar. Apesar das dúvidas, o movimento separatista ganhava força. A moeda "Zarco" tornou-se a moeda madeirense, e chegou até a ser aceite em hotéis simpatizantes do separatismo. Estes hotéis conseguiam trocar a moeda madeirense com os visitantes, dando o troco em escudos. Na ausência de divisas madeirenses, utilizavam-se notas portuguesas com o carimbo "Independência da Madeira". No entanto, o Movimento das Forças Armadas (MFA) da Madeira estipulou que estas notas carimbadas só teriam valor se trocadas no Banco de Portugal. (Calisto, 1995). A FLAMA tinha o objetivo de criar uma rádio clandestina, semelhante à FLA, que pudesse transmitir mensagens e influenciar psicologicamente os "inimigos da independência" durante a noite. Esta estação de rádio clandestina era vista como uma ferramenta poderosa na luta pelo separatismo para afincar a presença da FLAMA e a mensagem de independência (Calisto, 1995).

Como consideração final, o presente enquadramento teórico fornece uma análise abrangente sobre o terrorismo, evoluções, causas e manifestações, tanto em âmbito internacional como no contexto nacional. Foram, de igual forma, aprofundadas as dinâmicas do poder dentro do processo democrático, dando ênfase às tensões insulares. Singularmente, a análise da FLAMA elucida-nos sobre as suas estratégias, impacto e ligações externas. Temos então uma base sólida para a investigação empírica subsequente, que procura captar a intenção e complexidade das atividades da FLAMA através da *Visual Criminology* em conjugação com a pesquisa documental em livros, documentários e entrevistas.

## **II - Proposta Empírica do Projeto**

## 1. Metodologia

Esta proposta de investigação enquadra-se num estudo exploratório e descritivo, através do método qualitativo (Creswell, 2013; e Patton, 2015), selecionando-se a FLAMA como *case study* (Yin, 2018) por ter características únicas (arquétipo) como grupo terrorista que atuou em território nacional com objetivos de autonomização.

As abordagens qualitativas na Criminologia têm sido usadas para explorar os significados e aprofundar a compreensão do fenómeno criminal (Creswell, 2013), pelo que nos pareceu a melhor forma para compreender a FLAMA e explorar o contexto histórico e político que levou à sua formação.

Partindo desta orientação qualitativa, a proposta de investigação inserir-se-á na linha da *Visual Criminology*, é uma abordagem emergente, que utiliza imagens para interpretar fenómenos criminais, proporcionando uma compreensão mais profunda sobre a perceção da sociedade em relação ao crime (Brown & Carrabine, 2017; Carrabine, 2016). A *Visual Criminology* tem raízes na tradição etnográfica e no estudo de grupos desviantes, como gangues e subculturas juvenis, assim como o funcionamento das instituições de justiça, e segurança. A Escola de Chicago foi pioneira no uso desta abordagem, influenciando significativamente os estudos sobre o comportamento desviante e a vida urbana. Mais recentemente, Bourgois e Schonber (2009) usaram fotografias para documentar a vida de viciados em heroína nas ruas de São Francisco. As imagens, acompanhadas por descrições etnográficas detalhadas, oferecem uma visão imersiva das condições de vida, das relações interpessoais e das dificuldades enfrentadas pelos indivíduos, mobilizando o contributo da *Visual Criminology* para a contextualização dos fenómenos criminais e para a perceção da construção social do crime e do desvio. A fotografia tem sido usada em investigações como procedimento preliminar em entrevistas (Marsh et al. 2017), para documentar estudos etnográficos, complementando a investigação por meio de recursos visuais (Noaks & Wincup, 2004) e como fonte não escrita na pesquisa documental (Saint-Georges, 2011), como nos propomos fazer na presente proposta.

## **1.1. Justificação do estudo**

Para entender melhor a FLAMA, esta proposta de estudo qualitativo explora o contexto histórico e político que levou à sua formação. Durante o período da ditadura em Portugal, e com a Revolução dos Cravos em 1974, muitas colónias e regiões começaram a lutar pela independência, e a Madeira não foi exceção. Este movimento separatista, com raízes na insatisfação regional e no desejo de autonomia, utilizou a violência como meio para alcançar os seus objetivos políticos.

Outro aspeto crucial é a investigação das redes de apoio que sustentaram o movimento. Esta análise procura explicar de que forma a FLAMA garantia os seus recursos, recrutou membros e manteve contactos com outros movimentos separatistas ou grupos terroristas internacionais. Compreender estas redes de apoio é fundamental para identificar os fatores que contribuíram para a persistência do grupo e para avaliar a sua influência na região.

## **1.2. Objetivo Geral**

Esta abordagem exploratória e descritiva sobre o terrorismo, tem como objetivo obter uma compreensão inicial e abrangente do fenómeno. Este tipo de investigação não pretende testar hipóteses específicas, mas sim descrever e explorar as características do fenómeno em si, para construir uma base de conhecimento para um estudo sobre a Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira. A abordagem através da *Visual Criminology* em conjugação com a pesquisa documental em livros, documentários e entrevistas tem como objetivo captar a intenção e complexidade das atividades da FLAMA. As imagens permitem documentar uma parte importante da história do terrorismo em Portugal e da Região Autónoma da Madeira e compreender melhor as dinâmicas sociais e políticas que alimentam os movimentos separatistas. A investigação qualitativa pretende dar contexto às imagens e essa conjugação é extremamente importante para um trabalho com um tema desta natureza.

### **1.3. Objetivos Específicos**

Esta proposta de investigação pretende atingir os seguintes objetivos:

- 1) Caracterizar o contexto histórico e político que levou à formação da FLAMA.
- 2) Identificar as estratégias e táticas utilizadas pela FLAMA.
- 3) Individuar os tipos de ataques realizados, os alvos escolhidos.
- 4) Identificar as redes de apoio que sustentaram o movimento.
- 5) Reconhecer o impacto destas ações na sociedade madeirense e portuguesa.

### **1.4. Método**

O presente estudo recorre à metodologia qualitativa, usando como método de recolha de dados a pesquisa documental (Saint-Georges, 2011) incidindo sobre documentos escritos (livros, jornais, publicações regionais) e documentos não escritos (fotografias). A utilização de imagens seguirá a abordagem da Visual Criminology (Brown & Carrabine, 2017) cujo produto final seria um ensaio fotográfico, com carácter descritivo e exploratório, sobre a FLAMA.

### **1.5. Amostra**

Na investigação qualitativa o tamanho de amostra geralmente é orientado por critérios de saturação teórica (Mason, 2010) e as decisões sobre o processo de seleção são complexas e, como explica Flick (2002), podem fazer-se em momentos distintos do processo de investigação (no início, durante a interpretação ou apresentação dos dados).

## **1.6. Instrumentos a utilizar**

De forma a facilitar a análise documental seria construída uma grelha para compilar os documentos recolhidos, identificar a tipologia de documento, a sua origem e registar detalhes específicos com valor interpretativo para a análise.

## **1.7. Procedimentos**

A pesquisa documental teria início no Arquivo Regional da Madeira e na Biblioteca Regional, sendo complementada por meio da consulta de plataformas online que disponibilizem este tipo de documentos.

As fotografias recolhidas por meio da pesquisa deveriam ser classificadas segundo a sua origem. Depois, relativamente às imagens selecionadas para integrar a análise numa perspetiva da Visual Criminology, seria necessário indagar sobre a autoria da fotografia e depois pedir autorização para o seu uso. Após isso, contactar o autor da imagem de forma a pedir autorização da mesma e obviamente explicar os contornos do projeto, qual a pertinência da utilização do uso de tal imagem para o projeto, de que forma será utilizada e quais os resultados esperados com esse uso. O consentimento e autorização para tal utilização é extremamente importante pela parte ética e como segurança dos direitos do autor sobre a sua imagem e trabalho (Noaks e Wincup, 2004).

## **2. Resultados esperados**

Nesta investigação sobre a Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira (FLAMA), espera-se obter várias perspetivas e informações cruciais sobre o terrorismo regional sempre em consonância com o terrorismo no sentido genérico do termo. Através das pesquisas realizadas em documentos, livros e jornais, prevê-se uma melhor compreensão das motivações, estratégias e impactos deste grupo. É esperado que os testemunhos de intervenientes chave, justifiquem as suas ações como necessárias para atingir objetivos políticos e sociais específicos na região e assim possam identificar a FLAMA como uma organização terrorista. Além disso, antecipa-se que a análise de imagens na *Visual*

*Criminology* revele como a FLAMA moldou a perceção pública e a narrativa histórica sobre as suas atividades, de forma a destacar a importância desta investigação numa realidade pouco conhecida.

Os resultados desta análise apresentar-se-iam por meio de um ensaio fotográfico, onde se encontrariam fotografias como as que integramos no Anexo - Figura 1 e 2. As imagens recolhidas e integradas no ensaio fotográfico têm como objetivo criar um impacto visual significativo pretendendo envolver quem as observa na realidade vivida e construir um retrato mais aproximado tanto do *modus operandi* do grupo como também da perspetiva sociocultural de quem experienciou esta era. Por meio das imagens pretende-se chamar-se à atenção para realidade vivida na época, do terror e das ameaças infligidas por parte das forças separatistas da FLAMA, e em última medida capturar a essência das atividades terroristas e do seu impacto social.

### **3. Conclusão**

Este estudo qualitativo sobre a FLAMA proporciona uma visão aprofundada sobre o terrorismo e uma perspetiva fundamental do terrorismo na Madeira. Os métodos exploratórios revelam as dinâmicas internas do grupo e os desafios enfrentados pelos seus membros, permitindo uma análise aprofundada das motivações por trás das suas ações. A abordagem da *Visual Criminology* foi crucial para examinar as estratégias de propaganda adotadas pela FLAMA e dos seus atentados. A forma como se integra a *Visual Criminology* neste estudo qualitativo, tendo como resultado final um ensaio fotográfico, pretende oferecer sob um prisma distinto uma análise minuciosa das formas de atuar deste grupo.

No entanto, encontramos desafios significativos na investigação sobre a FLAMA devido à sua antiguidade, complexidade e à natureza controversa do tema. A falta de documentação acessível. Portanto, é essencial expandir este estudo com uma abordagem multidisciplinar e uma análise mais abrangente das perspetivas e experiências dos intervenientes.

Recomenda-se também que futuras investigações considerem o contexto histórico e social mais amplo da Madeira, visando não apenas compreender as atividades da FLAMA, mas também informar estratégias de prevenção de conflitos e radicalização violenta.

## **Anexos**

**Figura 1**



Legenda: *NorAtlas* alvo de atentado da FLAMA, a 13 de novembro de 1975. Fotografia de 2 de fevereiro de 2007. Água de Pena, Machico, ilha da Madeira.

**Figura 2**



Legenda: carro-bomba utilizado num atentado da FLAMA, em 1975. Retirado do Documentário “Alberto João Jardim - 37 anos de poder (3.º episódio)” - RTP Madeira Arquivo



## Referências Bibliográficas

Baker, S. (2020) 'Has Black Lives Matter changed the world?', *The New Yorker*, 28 junho. Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/our-columnists/has-black-lives-matter-changed-the-world>

BBC News. (2019). *Hong Kong protests: Timeline of the unrest*. Recuperado de <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-49317695>

Bourgois, P., & Schonberg, J. (2009). *Righteous Dopefiend*. University of California Press

Brown, M., & Carrabine, E. (2017). Introducing visual criminology. In M. Brown & E. Carrabine (Eds.) *Routledge international handbook of visual criminology* (pp. 1-9), Routledge.

Calisto, L. (1995). *Achas na Autonomia. Viagem ao Interior da FLAMA*. Diário de Notícias.

Carita, R. (2006). *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*. Assembleia Legislativa da Madeira.

Carita, R. (2020). *História da Madeira. Volume VI - Século XX O - Caminho para a Autonomia*. Imprensa Académica.

Carrabine, E. (2016). *Picture this: Criminology, image and narrative*. *Crime, Media, Culture*, 12(2), 253-270

Chomsky, N. (2003). *Power and Terror: Post-9/11 Talks and Interviews*. Seven Stories Press.

Crenshaw, M. (1981). *"The Causes of Terrorism"*. *Comparative Politics*, 13(4), 379-399.

Creswell, J.W. (2013) *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 4th edn. London: SAGE Publications, Inc.

Expresso. (2024, 22 de março). *Os maiores atentados na Rússia no século XXI*. Disponível em <https://expresso.pt/internacional/2024-03-22-Os-maiores-atentados-na-Russia-no-seculo-XXI-d46072ba>

Ferreira, J. M. (1993) A autonomia dos Açores na percepção espacial da comunidade portuguesa. *Origem e causas dos movimentos autonomistas*. Ponta Delgada.

Flick, U. (2002). *An Introduction to Qualitative Research*. Sage.

Franco, H. e Moleiro, R. (2015). *Os Jiadistas Portugueses*. Lisboa: Lua de Papel, p. 157.

Ganor, B. (2002). "Defining Terrorism: Is One Man's Terrorist Another Man's Freedom Fighter?" *Police Practice and Research*, 3(4), 287-304.

Gomes, D. (2017). *Policimento do Terrorismo - O Policiamento Comunitário como Estratégia de Prevenção do Terrorismo*. Lisboa: ISCPSI, p. 54.

Hoffman, B. (2006). *Inside Terrorism*. Columbia University Press.

Johnson, P. (1979). *The seven deadly sins of terrorism*. Jerusalem: Jonathan Institute

Jornal de Notícias da Madeira (2003). Arquivo Regional da Madeira. (8 de março de 2003)

Laqueur, W. (2001). *The New Terrorism: Fanaticism and the Arms of Mass Destruction*. Oxford University Press.

Lofstedt, R. E. (2005). *Risk Management in Post-Trust Societies*. Palgrave Macmillan.

Marsh, W., Copes, H. & Linnemann, T. (2017). *Creating visual differences: Methamphetamine users' perceptions of anti-meth campaigns*. *International Journal of Drug Policy*, 39, 52-61.

Mason, M. (2010). *Sample size and saturation in PhD studies using qualitative interviews*. *Forum: qualitative social research*, 11 (3). Disponível em <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1428/3028>

Matos, H. (2016). *Sistemas de Segurança Interna: Terrorismo & Contraterrorismo*. Lisboa: Caleidoscópio, p. 54.

Moloney, E. (2007). *A Secret History of the IRA*. W. W. Norton & Company.

Nepomuceno, R. (2006). *A conquista da Autonomia da Madeira. Os conflitos dos séculos XIX e XX*. Editorial Caminho.

Noaks, L., & Wincup, E. (2004). *Criminological Research: Understanding Qualitative Methods*. SAGE Publications.

Parker, T., & Sitter, N. (2016). "The Four Horsemen of Terrorism: It's Not Waves, It's Strains." *Terrorism and Political Violence*, 28(2), 197-216.

Patton, M. Q. (2015). *Qualitative Research & Evaluation Methods: Integrating Theory and Practice*. Sage Publications.

Post, J. M. (2007). *The Mind of the Terrorist: The Psychology of Terrorism from the IRA to al-Qaeda*. Palgrave Macmillan.

Rapoport, D. C. (2004). "The Four Waves of Modern Terrorism." In A. K. Cronin & J.

Rapoport, D. C. (2004). "The Four Waves of Rebel Terror and September 11." *Anthropoetics*, 8(1).

Reich, W. ed., 1998. *Origins of Terrorism: Psychologies, Ideologies, Theologies, States of Mind*. Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press

Rosas, F. (2022) *25 de Abril: A Revolução de Abril*. Lisboa: Tinta-da-China

RTP Madeira. (2017). *Alberto João Jardim - 37 Anos de Poder* [Documentário]. Disponível em <https://www.rtp.pt/programa/tv/p34109>

Saint-Georges, P. (2011). Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económico, social e político. In L. Albarello, F. Digneffe, C. Maroy, D. Ruquoy, P. Saint-Georges (Eds.), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (pp. 15-47), Gradiva.

Schmid, A. P., & Jongman, A. J. (1988). *Political Terrorism: A New Guide to Actors, Authors, Concepts, Data Bases, Theories, and Literature*. Transaction Publishers.

Siegel, L. J. (2016). *Criminologia: Teorias, Padrões e Tipologias*. Cengage Learning.

Sistema de Segurança Interna (2023). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Disponível em <https://ssi.gov.pt/comunicacao/noticias/rasi-2023/RASI%202023.pdf>

Stern, J., & Berger, J. M. (2015). *ISIS: The State of Terror*. HarperCollins.

Walklate, S. (2011). *Manual de Vítimas e Vitimologia*. Routledge.

Walzer, M. (1977). *Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations*. Basic Books.

Weinberg, L. (2001). 'Terrorism and Democracy: Perpetrators and Victims', *Terrorism and Political Violence*, 13(1), pp. 155-164.

Whittaker, D. J. (2004). *Terrorists and Terrorism in the Contemporary World*. London: Routledge.

Yin, R. K. (2018). *Case Study Research and Applications: Design and Methods*. Sage Publications.

